

EM MEIO À PANDEMIA, GOVERNO INTENSIFICA OS ATAQUES



14/07, Zona Sul de São Paulo: ato contra privatização do Hospital do Campo Limpo

POR BAIXO, LUTAS CONTRA A POLÍTICA GENOCIDA

“Se privatizar, vamos reverter”

(Jilmar Tatto, pré-candidato do PT à prefeitura paulista)

MEC ignora opinião dos inscritos no ENEM

Maioria escolheu, para a prova, a data de maio, mas governo definiu em janeiro

Depois da grande pressão estudantil e educacional na campanha #adiaenem, o Ministério da Educação anunciou o adiamento do exame e para definir a nova data, decidiu consultar, com a realização de uma enquete, os 5,7 milhões de inscritos. Disseram que a intenção era estabelecer uma “democracia direta, sem a UNE”. Apenas 19% dos inscritos participaram da consulta virtual. Não é novidade, dado o tamanho da desigualdade no acesso a tecnologias. Dos consultados, a maioria (49,7%) optou pela realização do Enem em maio de 2021. E o MEC decidiu pela data de janeiro, opção de 35,3% dos que responderam.

O governo anunciou o exame para 17 e 24 de janeiro, ignorando a opinião da maioria dos consultados. Evidente que no governo autoritário de Bolsonaro a “democracia direta” era história para boi dormir.

Agora disseram que a enquete não era o único parâmetro, havendo outros aspectos a levar em consideração, como os calendários letivos das universidades para que esses participantes possam disputar vagas no primeiro semestre de 2021. Mas tal argumento não se sustenta. Afinal, ainda persiste uma indefinição no calendário das universidades, a maioria com os semestres atuais suspensos em função da pandemia.

Como vamos nos preparar?

As escolas seguem fechadas e a tentativa de implementar um ensino remoto com substituição provisória por vários governos é um verdadeiro fiasco. A ampla maioria dos estudantes não consegue acompanhar as aulas virtuais.

Em São Paulo (maior estado), mais da metade dos alunos não consegue acessar as aulas e no Piauí apenas

9% está acompanhando. As razões são diversas: falta computador, internet de qualidade, renda garantida para família, espaço adequado pra estudar em casa, alimentação...E, mesmo sabendo que essa é realidade de milhões de jovens estudantes no país, o MEC permitiu que esse ensino remoto substituísse o presencial. É esse caos que o governo federal alimenta deixando incerto o futuro da juventude. Trocou mais uma vez de ministro, mas a política de destruição da educação segue a mesma. Agora é a vez do Milton Ribeiro, conhecido por defender violência física contra crianças como recurso educativo.

ENEM é com ensino presencial!

O correto seria decidir o calendário do exame a partir da definição dos calendários letivos da rede básica de ensino. Com a volta segura às salas de aula, avaliar o tempo necessário

de preparação para poder realizar a prova. Essa reflexão necessária faltou na nota de UNE e UBES sobre o novo calendário apresentado pelo governo. Defenderam a instituição de uma comissão de crise para debater a data do exame mesmo avaliando que a postura do ministério não é de diálogo com os estudantes, em especial com as entidades estudantis. Num momento onde jovens tem ido às ruas defender suas reivindicações e gritar Fora Bolsonaro, cabe a UBES retomar com força a campanha #adiaenem defendendo “enem é com ensino presencial” e ajudando a convocar protestos e outras atividades de rua, engrossando o caldo da luta pelo fim desse governo autoritário e exigindo que milhões de jovens brasileiros tenham reais condições de realizar a principal prova de acesso ao ensino superior.

Katrin

Estudantes abandonam os estudos

Com queda de renda e perda de empregos, não conseguem pagar faculdades

Nos meses de abril e maio, 265 mil estudantes abandonaram ou trancaram matrícula de seus cursos, segundo informações do Semesp (sindicato das entidades mantenedoras do ensino privado). Este alto número, com crescimento de 32%, ao se comparar com o mesmo período em 2019, é reflexo do desemprego no país. Diversas universidades privadas recusaram-se em adequar as mensalidades cobradas ao tipo de serviço que, com a pandemia, começou a ser oferecido. Em maio, a evasão teve alta de 14,3%, puxada, principalmente, pelos cursos

presenciais que se tornaram EaD através da portaria nº 345 do Ministério da Educação (ver OT 864).

O cenário preocupante do país, com crescimento da contaminação e dos ataques do governo, destrói o sonho do ensino superior para grande parte da população. Sem dinheiro, a evasão ou a inadimplência, tornam-se realidade. Até o fim do ano, 11,3% dos estudantes estarão inadimplentes.

O governo Bolsonaro é responsável!

A Medida Provisória (MP) 936, que permite a redução de jornada

de trabalho e salários, proposta pelo governo durante a pandemia, é responsável pela redução de renda dos trabalhadores que ainda estão empregados. Com pouca renda, os estudantes acabam tendo de abrir mão da conclusão do ensino superior. Em junho, a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior afirmou que 82% dos estudantes entrevistados confirmaram a perda de renda como principal motivo para evasão e inadimplência.

Em muitas universidades privadas pelo país, a luta pela redução das mensalidades continua. Para muitos,

é a única forma de poder continuar seus estudos e, sem a redução no próximo período, a probabilidade é de crescimento, a cada mês, do número de estudantes que terão que abandonar seus estudos, comprometendo assim seu futuro. O governo Bolsonaro leva o país ao caos. Com este governo, o futuro é tenebroso e, como inimigo do povo, não tomará nenhuma medida que garanta o direito à permanência dos estudantes e acesso à educação superior de qualidade.

Jeffei

“Parem de matar nossos filhos”

Ato na periferia de São Paulo em protesto à violência da PM

No último dia 4 de julho, aconteceu na Cidade Tiradentes, periferia da Zona Leste da capital paulista, um ato contra o genocídio da população negra, exigindo o fim da violência policial e o acesso a saúde na região onde se concentra um número alto de vítimas da Covid-19.

O ato “Vidas negras importam” reuniu centenas de jovens que seguiram em caminhada por diversos pontos do bairro, entre eles o Hospital da Cidade Tiradentes. O ato foi organizado por mais de 15 coletivos da periferia depois que três jovens



Cidade Tiradentes, Zona Leste de SP, 4 de julho

negros foram assassinados no bairro durante a pandemia.

Um dos cartazes levado por um manifestante falava que, no Brasil,

a Polícia Militar mata um jovem negro a cada 23 minutos; uma das mães gritava “parem de matar nossos filhos”.

Recorde de mortes

O número de mortos pela PM de São Paulo bate recorde. De acordo com dados oficiais do governo paulista no primeiro semestre de 2020, um negro foi morto a cada 16 horas no estado. Das 218 pessoas mortas pela polícia, 203 tinha informação da cor da pele no boletim de ocorrência, e segundo os dados 129 vítimas eram

pretas ou pardas. O número total de mortos pela PM entre janeiro e maio deste ano chegou a 442, um recorde. No mesmo período diversas modalidades de crime caíram em todo o estado. Isso mostra que o caso do jovem Guilherme de 15 anos morto por um PM na Vila Clara Zona Sul de São Paulo e tantos outros não são casos isolados e sim uma política do governador João Doria que após ser eleito disse que ‘a partir de 1º de janeiro a polícia vai atirar para matar’.

João Santana

De crise em crise

Uma nova crise se abriu com a declaração do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

No Brasil real já são mais de dois milhões de contaminados, chegando aos 80 mil mortos – números (pessoas) que não param de crescer, revelando que o povo brasileiro é um dos mais vulneráveis nesta pandemia. Isto não é obra da natureza e nem do acaso. Tem nome e endereço: o governo Bolsonaro e o Palácio do Planalto (a bem da verdade, a Praça dos Três Poderes).

Com a permanência deste governo, cada vez mais vulnerável ficará o povo trabalhador. Haverá mais vítimas da pandemia, do desemprego e da perda de direitos. Mais vulnerável ficará a nação, com as privatizações, entrega das riquezas e os crimes ambientais.

O governo se prepara, por exemplo, para acabar totalmente com o regime de partilha do Pré-sal para entregar a riqueza às multinacionais petrolíferas e o ministro Paulo Guedes anuncia novo ataque ao que restou da Previdência, com a retomada da capitalização individual.

As medidas tomadas pelo governo durante a pandemia – como o veto criminoso à proteção aos povos indígenas – e as que se anunciam para o pós-pandemia levam à calamidade.

E os militares, garantidores desta tragédia, ficam ofendidos quando um ministro do STF

fala que o “Exército está se associando a esse genocídio”?

É sempre bom lembrar: o STF teve e tem culpa em cartório pelo governo que está aí, pois ele foi engendrado com a perseguição ao PT, a Lula e o impeachment de Dilma. Há dois anos repousa nas gavetas do STF o pedido da defesa de Lula pela anulação do julgamento parcial e fraudulento – o que se comprova a cada novo fato revelado –, conduzido por Sérgio Moro a serviço do

POR CIMA, O JOGO INSTITUCIONAL; POR BAIXO, AS LUTAS POR QUESTÕES CONCRETAS

imperialismo estadunidense que comanda os artífices deste governo genocida. E no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) o julgamento da reclamação da defesa de Lula contra o Deltan Dallagnol já foi adiado por 40 vezes!

Agora são 48 pedidos de impeachment protocolados e Rodrigo Maia continua fazendo cara de paisagem.

Enquanto segue o jogo institucional por

cima, por baixo, ainda que de forma localizada, o povo trabalhador vai à luta.

Na zona sul da capital paulista centenas se manifestaram contra a entrega do Hospital do Campo Limpo à Organização Social do Hospital Albert Einstein. O pré-candidato a prefeito pelo PT, Jilmar Tatto, ali declarou: “se terceirizar, vamos assumir compromisso com vocês, nós vamos reverter, a saúde não é para dar lucro, saúde deve ser pública, gratuita e universal”. Sim, lutar para impedir a privatização e reunir forças para reverter, se ela for feita na marra. A luta em defesa deste hospital coloca uma questão de interesse de todo povo brasileiro: a defesa e ampliação dos serviços públicos, com a reversão das privatizações feitas. Para isso, vai chegar o momento de colocar de forma contundente a necessidade de instituições que sustentem os interesses do povo.

Na campanha eleitoral que se avizinha é aí que o PT deve estar.

Enquanto prossegue a tentativa de apaziguamento entre as instituições (Gilmar e Pazuello, o general plantado no Ministério da Saúde, sinalizam “voltar às boas”), para preservar a política do governo contra os trabalhadores e a nação, o PT deve estar onde o povo está: em cada luta, construindo a força para colocar um ponto final neste conluio que está dizimando a força de trabalho que constrói a riqueza da nação.

NOTAS

SUS pode perder dinheiro em 2021

Em agosto, a Câmara deve votar o orçamento de 2021. Se depender de Paulo Guedes, o SUS deve perder R\$ 35 bilhões, pois ele quer manter a aplicação da Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os gastos públicos. Bruno Moretti, economista, afirma: “Há uma farsa de que não há mais investimento no SUS porque o Brasil estaria quebrado”. Esclarece: “Na pandemia, tivemos uma demonstração de que o problema não é falta de dinheiro, e sim as regras fiscais que impedem a aplicação em programas sociais.”

Na pandemia, fundos financeiros engordam

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) divulgou (3/07) dados que mostram aumento de 2,14% do patrimônio líquido de fundos de investimentos no mês passado, alcançando o valor de R\$ 5,444 trilhões. Milhões são jogados na miséria, milhares morrem de coronavírus, mas o mercado financeiro comemora a “retomada” no Brasil. De fato, apesar da queda no início do ano, os Fundos engordaram mais de R\$ 400 bilhões desde junho de 2019. Este desempenho, segundo

analistas, tem relação com os R\$ 1,2 trilhão que o Banco Central injetou nos bancos para liberar crédito às empresas e pessoas em dificuldade financeira com a pandemia. Mas, parece que parte do dinheiro foi parar em outro lugar.

Aposentadoria dos militares

Dados do Tesouro Nacional revelaram que um militar aposentado em 2019 ganhou em média R\$ 128,2 mil por ano, enquanto o trabalhador recebeu R\$ 20,4 mil do INSS. A média esconde que generais ganham 26 vezes mais que recrutas e 11 vezes mais que soldados, segundo dados do site “A Pública”. Na reforma da previdência, a aposentadoria dos trabalhadores foi estropiada, já a dos militares... Na “reforma”, militares tiveram uma “compensação” que inclui reajuste de 73% (em 4 vezes), criação de um adicional para oficiais indo de 5% até 42% (para os generais).

O resultado é que o gasto proporcional do governo para cobrir o sistema de proteção social dos militares em 2019 foi 17 vezes maior ao gasto com o aposentado pelo INSS (R\$ 121,2 mil para cada militar e R\$6.900 para cada beneficiário do INSS).

Memória

PELA RETIRADA DAS TROPAS BRASILEIRAS DO HAITI

Como parte das atividades da Jornada Continental pela Retirada Imediata das Tropas da ONU do Haiti (Minustah), (...) foi enviada uma carta ao ministro da Defesa, solicitando audiência para apresentar essa exigência de respeito à soberania do povo haitiano diretamente ao governo brasileiro, que comanda as tropas. No último dia 10, em Brasília, o ministro Celso Amorim reuniu-se em seu gabinete com uma delegação (...). A apresentação foi feita por Markus Sokol, (...) [que] questionou: “O que estamos fazendo lá? Um ex-ministro (Jobim) disse que estávamos treinando para subir nos morros do Rio. Não pode ser! (...) Isso não pode ser coisa deste governo, é coisa própria de governos como os de Alckmin e Serra”.

O Trabalho nº 714 – 19/7/2012

O TRABALHO PT

GUT CONVOCA PARA AGOSTO MARCHA A BRASÍLIA!

CHEGA DE ENROLAÇÃO NEGOCIA DILMA!!!

10 de julho: servidores em Brasília cobram o Governo

Crise no Brasil: beneficiadas, empresas demitem e atacam direitos (pág. 9)

Partido OT faz Campanha de Educação ao PT pág. 4

11º CONGUT Central vai levar reivindicações ao governo pág. 4 e 7

Luta de classe Crises exigem resposta de Dilma pág. 8

Espanha Trabalhadores lutam contra austeridade pág. 11

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

Eleições municipais marcadas

O que está em jogo?

Para o PT as eleições devem ser um momento da luta contra o governo Bolsonaro, por direitos sociais e democráticos. Do fato da pandemia, se destaca a luta por mais serviços públicos.

As eleições foram adiadas para 15 de novembro e o segundo turno para 29 de novembro. O registro de candidatos vai até 26 de setembro, quando começa a campanha oficial. Mas a pré-campanha já começou.

O PT avança com dificuldade. No 7º Congresso do PT, em novembro, foi decidido que o PT teria candidato próprio a prefeito onde for possível, com uma política de alianças democrática antimperialista, com PCdoB, PSOL e setores populares do PDT, PSB e outros, especialmente nas cidades-polo onde há emissoras de TV. Desde que saiu da prisão em Curitiba, Lula insistiu muito nesse último ponto.

A informação é que o PT terá candidatos em quase todas as capitais e cidades com segundo turno. Mas não em várias cidades em que pode e deveria se apresentar. O que indica pressões no primeiro turno, e no segundo turno dos grandes centros.

Inaplicável

Há pressões para isolar o PT pelo bloco formado por PSB e PDT que recusa discutir. O PCdoB “explica”

sair à parte em várias cidades por precisar de votos para legalizar a legenda, discutível, mas ao mesmo tempo, dirigentes admitem se fundir com o PSB após a eleição... Já o PSOL varia muito, arisco com o PT desde o primeiro turno.

Há pressões internas para o PT compor com partidos golpistas (PSDB, DEM), partidos de aluguel e até bolsonaristas.

A Executiva, por maioria contra 2 votos, havia substituído o critério anti-imperialista do 7º Congresso, por um critério mais “aberto” que não exclui a direita, só exclui bolsonaristas – como estes hoje não são um partido, a decisão é dificilmente aplicável: um não é, mas a maioria do seu partido é, outro saiu do governo a semana passada, ou vai sair a semana que vem...

O caso de Arapiraca

Um exemplo é Arapiraca (144 mil eleitores), segunda cidade de Alagoas, polo econômico (e de rádio e TV) para a região do Agreste e do Sertão.

O Diretório Municipal decidiu por estreita margem de 12 X 10 apoiar um nome do MDB do governador Renan Filho – há dois nomes da direita do MDB em disputa na mídia, e o vice é bolsonarista. O apoio ao MDB foi decidido no grupo do

deputado federal que controla o PT no pequeno Estado. Repete o que já foi feito com o MDB em Arapiraca em 2016, quando o PT ficou invisível.

Um recurso apresentado pela DS, EPS e DAP de Arapiraca chegou à Comissão Executiva Nacional. Mas foi recusado pela maioria (14 x 9) atendendo à CNB. É a própria direção que, conforme o caso, não aplica a decisão reafirmada pelo DN nos casos das cidades com TV. Lula assistiu à reunião da CEN e não falou neste ponto.

Formulações concretas

Defendemos para o primeiro e para o segundo turno uma política de alianças para vencer, de conteúdo anti-imperialista - uma plataforma com o fim do governo Bolsonaro. Ela se dirige ao PCdoB, ao PSOL e aos setores populares do PDT, PSB e outros.

A base são as reivindicações concretas, aqui – diferente de um palanque só pelo Fora Bolsonaro, por exemplo, unidade limitada a este ponto – se trata de co-governo municipal, com uma plataforma para uma eventual frente (abaixo exemplos de Florianópolis).

É hora de começar. Um passo é a formulação das reivindicações locais concretas: de Saúde e Educação,

políticas públicas de Moradia, Transporte, Saneamento, Esporte e Cultura, além da dimensão antirracista (violência, discriminação etc.), em vista da ampliação dos serviços públicos.

Essas demandas trazem a questão do seu financiamento. Conforme o caso da cidade, isso pode levar a destacar a prorrogação da suspensão das dívidas com a União (suspensas durante a pandemia), a taxa progressiva do IPTU, ou diretamente a exigência de revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal e outras formas.

As formulações devem partir das plataformas debatidas no processo eleitoral direto (PED) do ano passado, e dialogar com os sindicatos locais, movimentos de negros, de jovens e entidades de bairro.

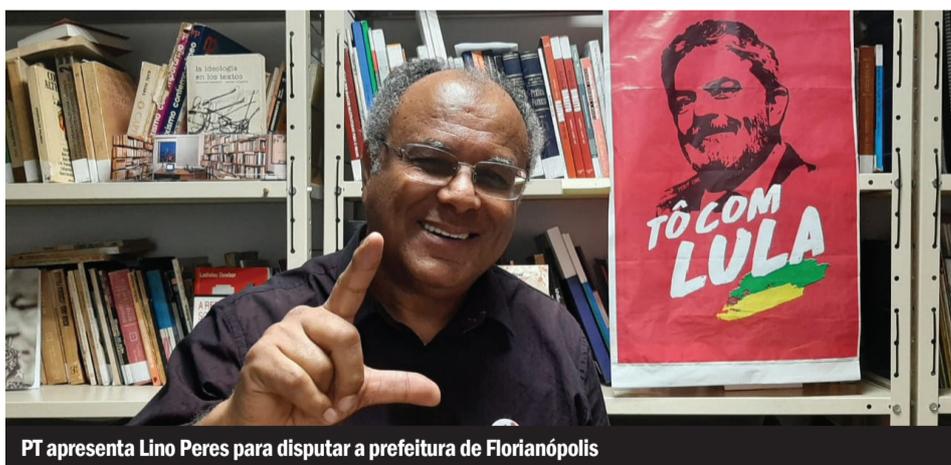
Linha geral, concordamos com o que disse a presidente Gleisi: “políticas públicas, serviços públicos e investimentos públicos”.

O PT se apresentará com cerca de 1400 candidatos a prefeito registrados (mais que em 2016) e 14 mil candidatos a vereador, disputará 90% do eleitorado. O PT na campanha deve integrar a luta contra o governo e a recuperação dos direitos políticos de Lula. O PT é mais necessário do que nunca.

Markus Sokol

Florianópolis: lançamento de Lino à prefeitura

Candidato destacou compromisso com serviços e servidores públicos



PT apresenta Lino Peres para disputar a prefeitura de Florianópolis

O PT de Florianópolis apresentou oficialmente seu time de pré-candidaturas à Prefeitura e Câmara Municipal no último dia 8 pela sua página virtual. O professor, arquiteto e vereador Lino Peres é o nome para prefeitura, acompanhado de um conjunto representativo de nomes de pré-candidatos à Câmara Municipal, vários deles membros do Diálogo e Ação Petista (DAP).

No evento, a presidente nacional do PT Gleisi Hoffmann presente

salientou que as eleições se darão num contexto destacado pela necessidade de “políticas públicas e serviços públicos”, e reconheceu o trabalho heroico dos servidores da Saúde que estão na linha da frente do combate ao coronavírus. Markus Sokol, membro da Executiva Nacional, reforçou que é hora do partido “mostrar sua cara” em defesa do SUS, contra as privatizações e as OSs, o atual modelo que visa ao lucro em detrimento das vidas e que está em

questão na pandemia.

Lino, também é membro do DAP, está no seu segundo mandato na Câmara, é um guerreiro histórico das causas sociais, do movimento negro e profundo conhecedor dos problemas da cidade. Atua incansavelmente nas questões da moradia e ocupação territorial, entre outras, com propostas e ações incisivas, invertendo prioridades e pensando no povo trabalhador da cidade.

“Ilha da magia para poucos”

Nesse dia, em uma fala inspirada, Lino Peres resgatou as lutas da cidade e desmascarou a “segregação real da ‘ilha da magia’ para poucos”. Mostrou que a realidade do centro turístico é um produto da especulação da terra e da exclusão social com a periferização da pobreza, acompanhados pelo governo Bolsonaro, pelo governador Moisés (PSL) e pelo prefeito Gean (PMDB), que atacam direitos e são subservientes às forças empresariais.

Lino pontuou que o elemento estruturante do Plano Diretor que defende para a cidade é a democratização dos espaços públicos, com investimentos também na área cultural. É pela extinção das OSs e pela destercirização da administração em direção à ampliação dos serviços, incluindo a criação de uma empresa estatal de transporte público.

Destaca a valorização do servidor público, sem o qual não é possível uma política pública sustentável. A pandemia mostra o quão é indispensável este setor dos trabalhadores do SUS.

Ele propõe um financiamento da ação pública que opere nos princípios da igualdade e equidade, com uma prática distributiva orientada às maiorias e minorias, segundo o modo petista de governar.

É assim que o PT quer se qualificar para a liderança da Frente Floripa Pra Frente com os partidos de esquerda e populares.

Correspondente

GRUPOS DE BASE E PLENÁRIAS ORGANIZAM A LUTA

Discussão inclui o papel das eleições na luta pelo fim do governo Bolsonaro

Após a Plenária Nacional de 13 de junho, os grupos de base do Diálogo e Ação Petista ganharam novo fôlego e vêm se reunindo em vários estados. Ao mesmo tempo, plenárias estaduais estão sendo agendadas. É o momento de levar às ruas a luta pelo fim do governo Bolsonaro e suas medidas, e de discutir o que

vem depois: qual a perspectiva que interessa à classe trabalhadora, na defesa e ampliação de seus direitos, da soberania nacional e da plena democracia.

É o momento, também, de participar ativamente do processo eleitoral, fazendo com que a campanha seja um instrumento da luta geral, ligando

as reivindicações locais às questões nacionais e defendendo a independência política do PT, em seu programa e em suas alianças.

Os grupos de base do DAP participam ativamente da campanha do PT, para ajudar a reforçar a luta do povo e defender nosso partido.

O Comitê Nacional do DAP concluirá

em breve um levantamento das reuniões de grupos de base e plenárias estaduais realizadas neste período, bem como das iniciativas do agrupamento no processo eleitoral e os candidatos que apoiará.

Roberto Salomão

PLENÁRIA GAÚCHA ANIMOU A MILITÂNCIA

No dia 27 de junho, mais de 50 petistas gaúchos, de 13 municípios, participaram da plenária estadual do DAP. Na pauta, a luta pelo fim do governo Bolsonaro, o avanço da crise no Brasil e nosso combate no PT, com a participação de Markus Sokol, que abriu a discussão a partir do debate feito na Coordenação Nacional do DAP.

A preocupação com o futuro do país e a necessidade do PT de abrir uma saída para o país foram a tônica do debate. A preocupação com a acelerada retirada de direitos, as privatizações e a ameaça à democracia perpassou diversas intervenções.

A existência de “frentes democráticas” ao lado daqueles que deram o golpe em 2016 e que se recusam

a defender sequer o impeachment de Bolsonaro foram apontadas como obstáculos. “O povo brasileiro não pode ser condenado a viver de impeachment em impeachment”, assim Sokol levantou a necessidade da luta pelo fim do governo Bolsonaro, ligada à necessária revogação das reformas trabalhista e previdenciária, da EC 95/2016 (congelamento do orçamento para serviços públicos), e implementação das reformas populares. Hoje, é preciso ampliar os serviços públicos, a pandemia mostrou isso, concluiu.

A reunião foi uma grande injeção de ânimo nos presentes e incentivou a organização das reuniões dos grupos de base do DAP no Rio Grande do Sul.

Correspondente

GRUPOS DE BASE SE REÚNEM NAS REGIÕES MINEIRAS

Após a realização da Plenária Nacional do DAP, dia 13 de junho, Minas Gerais reuniu online sua coordenação estadual (26/6), retomando as reuniões dos grupos de base. Foram mais de 15 reuniões. As reuniões escolheram delegados para o encontro estadual do DAP, que será realizado dia 25 de julho.

Belo Horizonte realizou duas reuniões, com aproximadamente 15 companheiros em cada; Leopoldina, com grupo de base em formação, se reuniu no dia 27 de junho, com seis militantes; Santos Dumont reuniu 11 militantes no dia 29; Cataguases, no dia 30, agrupou 21 petistas; com grupo em formação, sete militantes de Barbacena se reuniram no dia 1º de julho, Juiz de Fora realizou uma

primeira rodada com 13 militantes, marcando outra reunião do grupo de base.

No Triângulo Mineiro, o DAP realizou em Ituiutaba duas reuniões com nove militantes e em Uberlândia com 15 militantes. No dia 4 de julho, se reuniram militantes de Governador Valadares, Virgolândia, Itumiritinga, Ipatinga, Timóteo e Coronel Fabriciano no DAP dos Vales (Vale do Rio Doce e Vale do Aço), precedido de diversos encontros em cada cidade. Ubá se reuniu no dia 7, agrupando 15 militantes.

Em todas as reuniões, a militância reafirmou o lugar do DAP, na defesa do PT e na luta pelo fim do governo Bolsonaro.

Correspondente

SARANDI-PR: BIANCO PREFEITO



Bianco, pré-candidato a prefeito.

Uvimos Aparecido Bianco, presidente do diretório municipal do PT, que deve ser o candidato a prefeito de Sarandi, na região metropolitana de Maringá (Paraná). Bianco já foi vereador e, nas duas

últimas eleições, embora tenha sido o candidato mais votado da cidade, entre todos os partidos, o PT não fez legenda para elegê-lo.

DAP- Como você pensa enfrentar os problemas do município?

Bianco- Sarandi tem hoje 100 mil habitantes, poucas indústrias. Aqui, como em muitas cidades, o desemprego cresceu e a população sofre com a situação na saúde, na educação, na falta de creches e no transporte público. É o resultado da política de privatizações e destruição

dos serviços públicos, aprofundada pelo governo Bolsonaro. Sem pôr fim a esse governo, as coisas vão ficar piores. É isso que vou dizer em minha campanha.

DAP- E seus adversários, quem serão?

Bianco- O prefeito é do PSDB, fez campanha para Bolsonaro. Seu antecessor, a mesma coisa. Vão se enfrentar, mas a política é a mesma. Veja o caso da pandemia: faltam testes, não há fiscalização suficiente, há um único hospital para toda a região.

Nossa campanha vai deixar clara a responsabilidade dessas autoridades pela situação.

DAP- E quanto a possíveis aliados do PT na campanha?

Bianco- Está difícil. O PCdoB deveria romper com o PSDB, com quem está junto há anos. Vamos ver. Enquanto isso, seguimos na luta. Já fizemos atos de rua pelo Fora Bolsonaro e contra o racismo em Sarandi e Maringá. Nossa campanha será de luta, de esclarecimento e pelo fim do governo Bolsonaro.

DAP SALVADOR NA LUTA POPULAR

O dia 2 de julho é quando o povo baiano comemora a consolidação da Independência do Brasil. O DAP Salvador decidiu marcar presença nessa data histórica, realizando um ato presencial no Bairro da Paz por mais serviços públicos, pelo fim da violência policial e pelo fim do governo Bolsonaro.

O Bairro da Paz é um dos mais populosos e carentes da cidade. Com a pandemia, só piorou a situação para seus moradores. Uma das fundadoras do bairro afirmou que o povo está sobrevivendo através de solidariedade: “É um ajudando o outro. A prefeitura (DEM) deveria olhar mais para o bairro e garantir comida na mesa.”

Recentemente dois jovens negros foram assassinados no bairro. O povo respondeu com um ato numa das avenidas principais da cidade, pedindo o fim da violência policial.

O DAP combinou com os moradores a realização de uma reunião na rua em que aconteceu o ato para levantar uma lista de exigências à prefeitura.



Mayke Marcolino, motoboy companheiro do Diálogo e Ação Petista de São Carlos (SP), é pré-candidato a vereador pelo PT. Na luta, ajudou a organizar um grupo de motoentregadores da cidade, que no último dia 10 de julho foram até a prefeitura para entregar uma pauta de reivindicações da categoria.

Mobilizações por Fora Bolsonaro em 10 de julho

Ainda pequenas, para que cresçam é preciso superar hesitações

O dia de mobilização nacional pelo Fora Bolsonaro de 10 de julho, puxado pela CUT, MST, UNE e outras entidades das frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, contou com pequenos atos de rua em 17 estados, além de ações virtuais.

Em algumas capitais, como Maceió, houve maior participação de sindicatos levados pela CUT, com uma passeata até o Palácio do Governo. Houve atos de rua também em Recife, Fortaleza, Salvador e Florianópolis.

Já em Porto Alegre, não houve acordo entre as centrais sindicais de sair às ruas, como proposto pela CUT-RS, tendo havido atos em Caxias do Sul e Ijuí. Em São Paulo, a chamado da CUT, algumas dezenas de manifestantes fizeram um ato na Praça Patriarca, em Belo Horizonte o ato foi diante da Assembléia Legislativa, integrando a denúncia da “reforma” da Previdência do governador Zema (veja nesta página).

Foi um início, ainda tímido, de uma mobilização necessária para abrir uma saída para a crise econômica e social, agravada pela pandemia, que atinge a classe trabalhadora com a perda de empregos e direitos,



No dia 14 de julho foi entregue em Brasília o 48º pedido de impeachment

bem como as já precárias condições de vida da maioria do povo.

As hesitações, ainda não superadas, em se fazer atos de rua, somadas à confusão criada por campanhas virtuais “em defesa da democracia” (sem pedir o fim do governo) estão na base da ainda pequena mobilização, afetando inclusive o ato de entrega de mais um pedido de impeachment de Bolsonaro em 14 de julho, que reuniu 200 manifestantes diante do Congresso em Brasília.

Guedes vai “criar juízo”?

Assim, poucos dias antes, em 8 de julho, dirigentes das seis centrais – CUT, Força Sindical, UGT, CGT,

Nova Central e CSB – que articularam o manifesto “Brasil pela Democracia” com a OAB, CNBB e outros (omisso quanto ao Fora Bolsonaro), fizeram um ato diante do Ministério da Economia. Sérgio Nobre (CUT), que pela primeira vez participava de um ato presencial desde o início da pandemia, disse: “O Paulo Guedes precisa tomar juízo porque, se ele fizer metade do que diz que fará na economia, vai empurrar o país para um quadro de convulsão social”.

Quando alguns cutistas gritaram “Fora Bolsonaro”, houve constrangimento, pois, como lhes foi dito, “não fazia parte do acordo”. Terminado o ato, dirigentes das centrais reuniram-se com secretários de Guedes para entregar um documento com propostas.

Nem o Guedes “vai criar juízo”, como mostram todas as medidas que já tomou e as que ele agora anuncia (ver Box), nem a CUT pode manter “duas linhas” ao mesmo tempo: a da

luta pelo fim do governo Bolsonaro, de um lado, e de outro, a de entregar propostas para serem “consideradas” pelo atual governo!

É hora de corrigir as ambiguidades, mobilizar as bases pelas reivindicações urgentes e combiná-las com a luta pelo fim desse governo.

Julio Turra

DE PAULADA EM PAULADA

Bolsonaro vetou todas as “vitórias” alardeadas pelas centrais na MP 936 (redução de salário/jornada e suspensão de contratos de trabalho), mas Rodrigo Maia e Orlando Silva (PCdoB, relator da proposta) só falam em reverter o veto à desoneração da folha de empresas de 17 setores. Já a MP 927, que agravaria a individualização das relações de trabalho, caducou no Senado sem ser votada.

Mas Guedes agora anuncia que enviará ao Congresso uma proposta de contratação por hora trabalhada (como ocorre com o trabalho intermitente criado na “reforma” de Temer) e volta a falar em regime de capitalização (poupança individual) para a Previdência.

Reforma da Previdência em Minas Gerais

Zema ataca, mas servidores mobilizam-se para barrá-la

No final de junho, o governo de Minas Gerais enviou à Assembleia Legislativa (ALMG) um projeto de reforma da Previdência, aos moldes da reforma de Bolsonaro, além da retirada de vários benefícios dos servidores, que nada tem a ver com o sistema previdenciário.

Na realidade, o governador Zema quis aproveitar a questão da Previdência para aprofundar a reforma administrativa iniciada em 2019. Mas, não teve jeito, os deputados foram obrigados a separar a proposta do governador em dois projetos distintos, dando prioridade à reforma previdenciária.

Querendo ser “mais realista que o rei”, a proposta do governador mineiro prevê aumento do tempo de contribuição, alíquotas que variam entre 13 a 19%, inclusão dos aposentados e pensionistas com salários até 6.100 reais que até o momento não contribuíam, além de diminuir a pensão por morte aos moldes do que Guedes e Bolsonaro conseguiram aprovar no Congresso Nacional.

A reação contrária dos sindicatos e associações dos servidores foi imediata, em particular do setor da segurança pública que organizou caravanas do interior para se manifestar na porta da ALMG, mesmo no meio da pandemia.

Por sua vez, os deputados da base do governo, preocupados com os reflexos da reforma nos resultados das eleições municipais, pediram mais tempo para a discussão, com o intuito de apresentar um substitutivo e negociar com o governador. Assim, a votação foi adiada, dando um fôlego para a mobilização dos servidores.

Na “roda”, as reformas na Bahia e Rio Grande do Sul

O presidente da ALMG, Agostinho Patrus, convidou representantes dos governos de dois estados que já fizeram a reforma. Não foi uma escolha ao acaso, tanto o governador Eduardo Leite (PSDB-RS) como Rui Costa (PT-BA) aprovaram a “toque de caixa”, uma reforma que retirou



Manifestação na Assembleia de Minas contra votação do projeto de reforma da Previdência

direitos dos servidores.

O objetivo parece claro: enredar o PT e sua bancada estadual na “costura” de uma reforma da Previdência que parta da “necessidade” de reduzir direitos dos servidores. “Não tem a menor chance de aceitar qualquer acordo de votação sobre a base da retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores”, afirmou o deputado Betão, “não podemos cometer em Minas o erro dos governadores do PT”, concluiu.

Alguns dirigentes do partido argumentam que a reforma nos estados governados pelo PT ocorreu antes da pandemia, o que teria permitido a discussão com os trabalhadores. Mas

a dura realidade nega isso: os governadores tanto da Bahia como do Ceará não estabeleceram qualquer discussão séria com os servidores e muito menos tiveram o apoio dos mesmos.

O caminho para barrar a reforma passa pela mobilização dos servidores. Nas atividades que o deputado Betão tem realizado com servidores e dirigentes sindicais, a proposta de organizar atos e manifestações começa a ser construída em várias categorias. Esse é o caminho para resistir ao desmonte da Previdência que o governador Zema quer impor aos servidores.

Da ALMG não pode se esperar muito, pois tudo indica que a maioria dos deputados caminha para apresentar um substitutivo que parte do princípio de que a reforma precisa ser feita, o que economistas e auditores negam ser necessário. Mas, pelo menos do PT, os servidores esperam firmeza e compromisso com os interesses dos trabalhadores.

Sumara Ribeiro

“Não, não à terceirização. Não, não à privatização”

Ato em defesa do Hospital Campo Limpo e da saúde pública



Pre-candidato do PT à prefeitura paulista, Jilmar Tatto defende a saúde pública

as Organizações Sociais (OSs).
O prefeito quer entregar o Pronto Socorro, as UTIs adulta e pediátrica, o centro cirúrgico, clínica ortopédica e médica, leitos de internação e atendimentos ambulatoriais à OS ligada ao Hospital Israelita Albert Einstein, tudo isso em meio a pandemia do coronavírus.

vamos tirar!”

No encerramento do ato o presidente do Sindsep, Sergio Antiqueira, disse: “Eles sucateiam, sucateiam e depois pegam dinheiro para melhorar e entregar para uma OS que é ligada a um hospital bilionário,

que ganha atendendo os mais ricos, explorando seus trabalhadores e com dinheiro público....Nós vamos lutar juntos na cidade inteira para não deixar este Hospital cair nas mãos de OSs.”

João B.Gomes

Na manhã do dia 14, centenas de trabalhadores, população, militantes, atenderam chamado do Sindsep (sindicato dos servidores municipais), Conselho Gestor do Hospital do Campo Limpo e outras entidades para protestar na frente do hospital Campo Limpo contra a terceirização anunciada para 1º de agosto pelo prefeito Covas (PSDB).

O Hospital é uma conquista da população e referência para toda zona sul de São Paulo, sua terceirização faz parte da política de extinção das autarquias municipais (ver OT 869), que significa o desmonte dos serviços públicos e sua entrega para

“Se terceirizar, vamos reverter”

Presente no ato, o pré-candidato do PT à prefeitura de São Paulo, Jilmar Tatto, afirmou: “Não vai terceirizar; se terceirizar, nós vamos reverter, vamos assumir compromisso com vocês aqui, nós vamos reverter, a saúde não é para dar lucro, saúde deve ser pública, gratuita e universal. Imagina se não fosse o sistema único de saúde neste país neste momento de pandemia? Temos que fortalecer o SUS, fazer com que a saúde seja prioritária principalmente na cidade de São Paulo. Mando um recado para o hospital Albert Einstein: não ponha suas patas aqui não; se colocar, nós



Na manhã do dia 16 de julho, alunos, professores, população da região leste de São Paulo, junto com o Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo (Sindsep), movimentos, vereadores e militantes do PT da região, realizaram um ato contra o fechamento da Escola Técnica Municipal de Educação e Saúde Pública Professor Mackiguti. Esta escola forma alunos no ensino técnico, entre outras áreas, na de saúde bucal, farmácia e análises clínicas. O ato foi contra o projeto de lei do prefeito de São Paulo (Bruno Covas, PSDB), aprovado na Câmara Municipal em 24 de junho e que prevê a extinção da Fundação Paulistana, mantenedora da Escola. O projeto extingue a Fundação e não deixa claro o que acontecerá com a Escola Mackiguti. Já são mais de 10 mil pessoas formadas pela escola e que trabalham em UBS, hospitais, clínicas laboratórios. Segundo um professor preocupa “o destino dessa escola tão importante num bairro periférico e que é resultado da luta da população da Cidade Tiradentes”.

Entregadores prometem nova greve

Depois da manifestação de 1º de julho, eles podem parar no dia 25

Depois da grande manifestação nacional de 1º de julho, os entregadores de aplicativo marcaram para o dia 25 de julho a segunda paralisação da categoria.

Entre as principais reivindicações estão: aumento da taxa por entrega, fornecimento de refeição, fim do sistema de pontuação, fim dos bloqueios arbitrários, seguro de vida, acidente e roubo, auxílio pandemia, EPIs, licença remunerada em caso de Covid-19 e que os contratos sejam regidos pela CLT.

Após a greve de 1º de julho, começaram a tramitar no Congresso Nacional alguns projetos de lei, como do senador Jaques Wagner (PT-BA). O PL 3.570 prevê valor mínimo para hora de trabalho, fornecimento de equipamentos de segurança e possibilidade de seguro-desemprego. A proposta inclui direito de associação, sindicalização e cooperativismo, além de planos de saúde, auxílios alimentação e transporte, seguro-desemprego e seguro de vida e de acidentes, que seriam negociados

coletivamente.

Mais trabalho, menos remuneração

Além da precariedade do trabalho sem direitos, a remuneração desses trabalhadores tem diminuído durante a pandemia, mesmo com o aumento da demanda devido ao confinamento.

Enquanto as empresas têm aumentado seus lucros, cerca de 60% dos entregadores passaram a ganhar menos em relação ao período pré-pandemia, mostra estudo da Remir

(Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista).

As empresas distribuem as entregas sem alterar as taxas, na maioria das vezes aumentando o volume de trabalho e diminuindo o valor pago ao entregador. Os dados revelaram que, antes da pandemia 48,7%, dos entregadores recebiam, no máximo, R\$ 520,00 semanais. Durante a pandemia, estes passaram a ser 72,8% dos entrevistados.

Tiago Maciel

Azul quer demitir 3.810 trabalhadores

Empresa já demitiu 1000 e encerra negociações

A Azul Linhas Aéreas demitiu, desde junho, mais de 1.000 trabalhadores que atuam nas operações em solo (aeroviários) nos aeroportos do país. A empresa alega a crise econômica causada pela pandemia do coronavírus. Segundo o sindicato da categoria, Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA), a empresa tem por objetivo demitir até o final do ano 3.810 trabalhadores. O sindicato adotou uma pauta a ser encaminhada para todas as empresas

aéreas. Esta pauta foi respaldada em assembleia virtual entre os dias 11 e 13 de junho, por aeroviários de todo o país. A definição das cláusulas foi aprovada por 96% dos trabalhadores que participaram da votação. Mesmo assim, a Azul Linhas Áreas se recusou a dar continuidade às tratativas de acordo e encerrou as negociações.

Situação põe em risco segurança dos voos

O SNA decidiu acionar o Tribunal

Superior do Trabalho (TST) para a mediação das negociações. No ofício enviado ao TST, o sindicato alerta para o clima de medo e tensão em que vivem os trabalhadores, especialmente os mecânicos.

Na opinião de uma dirigente da categoria, é uma situação que pode comprometer a segurança dos voos da companhia.

“Imagine como está a cabeça de um mecânico que teve redução de jornada e salário, ou teve suspensão

de contrato de trabalho? Será que ele vai ter condições psicológicas para realizar dignamente sua atividade, já que está preocupado com a própria saúde e as contas que não tiveram valores reduzidos como seus salários?” questiona Patrícia Gomes, porta-voz e coordenadora da região sul do sindicato. Ela se refere às medidas do governo Bolsonaro que autorizam redução de jornada e salários e também suspensão do contrato de trabalho.

Bolsonaro veta lei de auxílio a indígenas

Na pandemia, os índios estão completamente vulneráveis à infecção e morte

No dia 8 de julho, a Lei 14.021/2020, que dispõe sobre ajuda emergencial aos povos indígenas frente ao coronavírus, foi publicada no Diário Oficial da União mutilada com 16 vetos de Bolsonaro. Enquanto isso a epidemia se alastra nos territórios indígenas.

A lei foi apresentada no Congresso Nacional em 27 de março pela deputada Rosa Neide (PT-MT). Seu objetivo era criar um “Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas”. A lei foi aprovada no Congresso e enviada à sanção presidencial em 16 de junho.

Bolsonaro joga lei no lixo

Depois de enrolar 22 dias Bolsonaro terminou o seu serviço de destruição e publicou no Diário Oficial a lei com 16 vetos. Foram vetados os trechos que obrigavam o governo a dar acesso às comunidades indígenas, quilombolas e pescadores à: água potável, materiais de higiene, leitos hospitalares, unidade de terapia intensiva, respiradores, materiais informativos sobre a Covid-19,



crédito especial e mecanismo de facilitação de acesso ao auxílio de R\$ 600,00. Vetado o trecho que designava que os recursos saíam do fundo específico de enfrentamento da pandemia da Covid-19. E vetada, por fim, a extensão das medidas aos quilombolas e pescadores artesanais.

Enfim, Bolsonaro jogou a lei no lixo. Não sobrando quase nada de concreto na lei que poderia dar socorro imediato frente ao abandono que vivem os povos indígenas durante a pandemia. pior, retirado

o trecho que especifica que as ações seriam financiadas pelo fundo de enfrentamento da Covid-19, garantiu que o que restou não encontre meios para se financiar.

Pandemia avança entre indígenas

O Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena formado por organizações indígenas e indigenistas está monitorando de forma independente o avanço da Covid-19 entre os povos nativos. Eles denunciam que o governo federal é o principal vetor de

transmissão do vírus para as aldeias e povos por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Segundo o Comitê, o descuido da SESAI está levando o vírus para territórios indígenas isolados. Em março o povo Kokama, moradores do município amazonense de Santo Antônio do Itá, registraram o primeiro caso de Covid-19 entre indígenas. Eles foram infectados depois da visita da SESAI e hoje é a comunidade indígena com mais mortes.

Outros povos do Vale do Javari, no Amazonas, local onde vive o maior número de índios isolados no mundo, sofrem com a pandemia. Ali, como em outros territórios, a dificuldade de acesso, distância de hospitais e ausência de medidas do governo federal faz com que casos graves não encontrem tratamento.

Em 14 de julho o Comitê informou que são 14.793 casos confirmados e 501 mortes de índios por coronavírus. Ao todo são 130 povos indígenas afetados, 42,6% dos 305 registrados pelo Censo do IBGE de 2010.

Cristiano Junta

Mineradoras e governo “passam a boiada”

Setor definido como “essencial” pelo governo coloca seus trabalhadores em risco



O Complexo S11D Eliezer Batista, da Vale, no sul do Pará: funciona a pleno vapor ignorando a pandemia.

Em reunião ministerial de 22 de abril o ministro Salles, do Meio Ambiente, disse ser preciso aproveitar que a atenção da mídia está voltada à pandemia para fazer “passar uma boiada”: encaminhar de fininho os projetos de desregulações ambientais, não apenas favoráveis ao agronegócio, mas sobretudo às empresas mineradoras.

E assim tem sido. Em plena pandemia de covid-19, o governo baixou uma portaria considerando a mineração como “atividade essencial” sob o argumento mentiroso de “assegurar a extração de minerais para a indústria farmacêutica”.

Ora, os minerais utilizados na produção de medicamentos representam uma parte minúscula da indústria extrativista – cuja quase

totalidade (ferro, cobre, níquel, ouro etc.) “pode e deve ser paralisada para combater a covid-19”, explica o professor Tádzio Coelho (UFV), especialista no tema. Pois esta é uma indústria que gera aglomerações de trabalhadores (mineiros), que já têm problemas respiratórios em decorrência da atividade profissional. Neste caso, mais que em outros, “o isolamento social é direito trabalhista” essencial.

Filantropia e hipocrisia

Mineradoras, como as multinacionais AngloGold Ashanti, Anglo American ou a brasileira Vale, têm feito muita propaganda. O Jornal Nacional frequentemente anuncia com pompa suas ações filantrópicas: “Milhões de reais em doações de equipamentos e material hospitalar ao combate à Covid-19”. Enquanto isso, elas desmatam e expandem como nunca sua área de extração a baixíssimo custo, sob os auspícios do governo – além de forçarem seus trabalhadores a situação risco.

A Vale, campeã na propalada “benevolência”, segue recusando a indenizar as populações atingidas nos desastres ambientais de rupturas

de barragens por ela provocados (Brumadinho e Mariana).

Enquanto Bolsonaro nega o desmatamento (apenas “cultural”), Mourão declarou que o governo não tem qualquer responsabilidade pelo aumento das queimadas e desmatamento.

Em discurso na Câmara, Nilto Tatto (deputado e Secretário de Meio Ambiente do PT) denunciou o general e disse que “Bolsonaro é sim o maior responsável pelo aumento do desmatamento e das queimadas: desde a tentativa de extinção do Ministério do Meio Ambiente até o desmonte promovido em todo programa de controle de desmatamento, incluindo a desqualificação dos dados do Inpe (Instituto Nacional

de Pesquisas Espaciais) no monitoramento das queimadas. Além disso, desmontou a estrutura de fiscalização do Ibama e do CMBio e ameaça os fiscais ambientais que cumprem seu dever. O ministro é um “representante do grande capital, do pior do agronegócio brasileiro para atender interesses que não respeitam o meio ambiente, as terras indígenas, terras públicas, unidades de conservação e território quilombolas”, afirma Tatto.

Ademais, a política de Guedes esmaga a indústria e o mercado consumidor interno (ao atacar salários e direitos), forçando o país a tornar-se cada vez mais dependente do extrativismo e das exportações de produtos primários rumo à recolonização.

Alberto Handfas

RECORDES NA DEVASTAÇÃO AMAZÔNICA

Neste ano, até o momento, o desmatamento na região amazônica já equivale à área de quase duas cidades de São Paulo. Apenas até maio, foram mais de 2 mil km² segundo o Inpe. O aumento foi de 34% em comparação com a devastação no mesmo período no ano passado e 49% acima da média histórica. É o maior desmatamento na Amazônia para o período já registrado.

No mês passado, 60% do desmatamento ocorreu em áreas privadas ou sob diversos estágios de posse. O restante foi registrado em Unidades de Conservação (22%), Assentamentos (15%) e Terras Indígenas (3%).

Em 13 de julho o governo exonerou a coordenadora-geral de Observação da Terra do Inpe – que monitora a devastação da Amazônia – Lúbia Vinhas (funcionária de carreira do órgão) após ela ter feito alerta sobre o desmatamento.

Lava Jato volta à evidência

Força-tarefa entra em atrito com PGR e atua politicamente em favor de Sergio Moro

Depois de um tempo sem presença marcante nas manchetes, a força-tarefa de procuradores da operação Lava Jato voltou à evidência desde o final de junho por causa de atrito com a Procuradoria Geral da República (PGR). A Lava Jato não aceita compartilhar com a PGR dados de suas investigações, como se fosse uma unidade fora do controle da instituição da qual faz parte. Por enquanto, uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a remessa das informações à PGR.

São os mesmos procuradores que, de forma servil, repassaram informações e debateram estratégias com instituições dos Estados Unidos, em particular o FBI, polícia federal estadunidense, e o Departamento de Justiça (DoJ) dos EUA. Mais: fizeram isso de forma ilegal, às costas do governo brasileiro, na época em que Dilma Rousseff ainda não havia sido retirada da Presidência pelo golpe.

O objetivo político da Lava Jato ficou evidente nos julgamentos de Lula. O então juiz Sergio Moro, em vez de atuar com imparcialidade, coordenou ilegalmente a atividade dos procuradores e de delegados da Polícia Federal com o objetivo de

condená-lo, mesmo sem provas dos crimes de que era acusado. Assim, Lula foi preso em tempo recorde e impedido de concorrer às eleições presidenciais, quando liderava as pesquisas de intenção de votos.

No "ringue" com Lula

Os integrantes da Lava Jato atuam como grupo político. Foi anunciado, por exemplo, que a força-tarefa poderia doar até R\$ 508 milhões ao governo federal para o combate à pandemia. Como se tivessem autonomia para decidir como aplicar recursos que estão sob a guarda da Justiça. Além disso, o anúncio da possível doação foi feito pela juíza Gabriela Hardt, substituta de Moro em Curitiba. Não houve nem a preocupação de disfarçar a associação imprópria entre quem acusa (procuradores) e quem julga (juíza). O STF barrou a iniciativa.

A "generosidade" da Lava Jato seria o primeiro grande lance da campanha que pretende levar Moro, atualmente rompido com Bolsonaro, à Presidência da República. E o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa de Curitiba, acabou confirmando esse caráter político, ao dizer, em entrevista à CNN, no dia



O ringue da Lava Jato, segundo Moro

3, que interessa ao governo e seus aliados a "desconstrução do ex-ministro Sergio Moro e da Lava Jato, de que ele é símbolo, pelo receio de que ele venha eventualmente a concorrer em 2022".

Moro, em pessoa, entrevistado pela GloboNews no dia 5, referiu-se às audiências com Lula, durante seu julgamento, como um "ringue". Colocou-se, portanto, não como juiz imparcial, e sim como adversário em uma luta. A defesa de Lula quer que o STF julgue a suspeição de Moro e anule os julgamentos (leia ao lado). Ao longo dos processos, os advogados denunciaram as arbitrariedades, o que o Judiciário ignorou. As matérias da série #VazaJato vieram

confirmar que houve condenações sem provas.

Havia o objetivo político (tirar Lula da eleição) e o objetivo econômico (favorecer multinacionais). Lula, em entrevista à Rádio Gaúcha, no dia 9, declarou: "A ideia de fazer esse processo (Lava Jato) todo nasceu no Departamento de Justiça dos Estados Unidos". E completou: "A quem interessa acabar com a indústria naval? A quem interessa acabar com a indústria da construção, com a engenharia civil brasileira que trabalhava nos EUA, que trabalhava na Europa, que trabalhava na África, que trabalhava na América Latina?".

Cláudio Soares

Procuradores se subordinaram aos EUA

Colaboração ilegal com autoridades do FBI e Departamento de Justiça (DoJ) ficou comprovada

A subordinação dos integrantes da Lava Jato aos interesses do imperialismo estadunidense foi comprovada pelas amplas reportagens da série #VazaJato, disponíveis nos sites do The Intercept Brasil, Agência Pública e outros órgãos de imprensa. Conversas vazadas entre os procuradores e as demais informações apuradas escancararam uma colaboração secreta com policiais do FBI e integrantes do Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos.

■ Autoridades estrangeiras só podem realizar investigações em território brasileiro a partir de intermediação do Ministério da Justiça. Sem fazer esse pedido, a Lava Jato tramou com o DoJ, em 2015, a vinda de uma delegação dos EUA que interrogou brasileiros.

■ Pelo menos 17 estadunidenses participaram de reuniões da força-tarefa em Curitiba. A ação tinha de ficar em segredo, não apenas por violar a legislação brasileira, mas também por exigência dos estrangeiros. "Americanos não querem que divulguemos as coisas", afirmou o procurador Deltan Dallagnol, em conversa com um assessor.



Dallagnol exhibe o famoso, e forjado power point para condenar Lula

■ Os policiais dos EUA fizeram reuniões com advogados dos delatores e negociaram a colaboração com a Justiça daquele país. A força-tarefa orientou os estrangeiros a propor a ida dos que se dispunham a colaborar aos EUA, por causa das limitações que a legislação brasileira impõe.

Multa bilionária

■ A Lava Jato trabalhou para que os EUA impusessem uma multa bilionária à Petrobras, com o objetivo de terem acesso a uma parte do dinheiro. A ingerência imperialista em supostos crimes cometidos no Brasil tem como base uma

lei estadunidense, conhecida pela sigla FCPA, que autoriza a punição de crimes de corrupção mesmo que não tenham ocorrido nos EUA. Basta que alguma transação tenha sido realizada em dólares, por exemplo.

■ Os procuradores negociaram com

o DoJ o recebimento de um percentual da multa finalmente aplicada, em 2018. As negociações levaram ao valor de R\$ 2,5 bilhões, os quais seriam aplicados na criação de uma fundação privada por parte da Lava Jato. Diante da repercussão negativa, isso não prosperou.

■ Em um evento em 2017, Kenneth Blanco, ex-dirigente do DOJ, afirmou: "Dado o relacionamento íntimo entre o Departamento de Justiça e os promotores brasileiros, não dependemos apenas de procedimentos oficiais, como tratados de assistência jurídica mútua, que geralmente levam tempo e recursos consideráveis (...). De fato, na

semana passada, os promotores no Brasil ganharam um processo contra o ex-presidente Lula da Silva".

■ Como ministro da Justiça, Sergio Moro ampliou a cooperação com o FBI. Entre outras ações, firmou dois acordos, um de troca de informações biométricas e outro de criação do Centro Integrado de Operações na Fronteira, em Foz do Iguaçu (PR), que a embaixada dos EUA pressionava o Brasil a montar há pelo menos dez anos, o que os governos Lula e Dilma não aceitaram.

#ANULASTF

A defesa de Lula apresentou habeas corpus em novembro de 2018 ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que o tribunal reconheça a suspeição do ex-juiz Sergio Moro e anule os processos de Lula dos quais ele participou. A campanha Lula Livre trabalha com a palavra de ordem #AnulaSTF. Caso o habeas corpus seja acolhido, Lula terá seus direitos políticos restabelecidos. Neste mês de julho, o STF está em recesso. A expectativa é de que decida logo após a volta às atividades.

Pandemia e luta de classes nas Américas

Foi o tema de reunião virtual envolvendo nove países em 5 de julho

Por iniciativa do Diálogo e Ação Petista (DAP), que é aderente ao Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), realizou-se em 5 de julho uma reunião virtual do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI) com 27 companheiros de nove países das Américas: Argentina, Brasil, Chile, Equador, Guadalupe, Haiti, México, Peru e Venezuela.

Na discussão realizada, que foi

coordenada por Luís Eduardo Greenhalgh, do comitê nacional do DAP, sindicalistas, militantes políticos e de movimentos populares explicaram a situação em seus respectivos países diante da pandemia da Covid-19, que tem hoje na América Latina um de seus epicentros, ao lado dos Estados Unidos.

Uma das conclusões comuns foi que os governos a serviço do capital aproveitam a crise sanitária para

ampliar ataques contra a classe trabalhadora e seus direitos, ao mesmo tempo que a dominação imperialista agrava essa situação, colocando a questão da soberania nacional como inseparável da luta contra o sistema capitalista mundial, vale dizer o imperialismo, o verdadeiro responsável pelas consequências terríveis da pandemia para os nossos povos.

As matérias escritas nesta página e

na próxima foram enviadas por companheiros que participaram representando seus países nessa reunião do CILI-Américas, a qual decidiu prolongar a campanha em defesa da soberania do povo da Venezuela contra o bloqueio econômico e as sucessivas agressões do governo Trump, além de propor uma iniciativa em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras do Haiti e de suas organizações sindicais (veja abaixo).

Haiti: governo não faz nada e empresários atacam

Repressão aos trabalhadores e sindicatos nas zonas francas

Do Haiti, participaram da reunião virtual do CILI David Oxigène (Movimento de Liberdade e Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade - Moleghaf) e Dominique Saint-Éloi, presidente da CNOHA (Central Nacional dos Operários Haitianos). Eles testemunharam uma situação caótica para os trabalhadores e o povo.

Abaixo trechos da intervenção de Dominique, dirigente de uma central que agrupa sindicatos com presença nas zonas francas do Haiti que abrigam empresas estrangeiras, a grande maioria com sede nos EUA:

“O governo de Jovenel Moise

não faz nada pelos que estão trabalhando. Nós que combatemos a exclusão fizemos da defesa da saúde, do problema do coronavírus, um eixo de nosso trabalho. Antes de 19 de março, havia apenas dois casos de coronavírus e o governo deixou o país aberto. Em abril, havia pouco mais de 60 casos, agora já são mais de mil e nem mesmo um centro de saúde foi organizado para atender os trabalhadores.

Não há testagem. Nada é feito para descobrir quantos e quais trabalhadores são portadores do vírus. Assim, os postos de trabalho, onde se recebe um salário de miséria, se



Em meio à pandemia o povo haitiano está abandonado à própria sorte

tornam locais de contaminação. Nesses mesmos locais há inúmeros casos de exploração sexual das trabalhadoras e assédio por parte dos patrões.

A pressão é permanente para que os trabalhadores não se organizem em sindicatos. Há repressão, incluindo o

desaparecimento de alguns trabalhadores. Os patrões querem usar este momento da pandemia para violar os nossos direitos.”

A partir dos relatos dos companheiros, a reunião decidiu lançar uma campanha em defesa dos trabalhadores haitianos, seus sindicatos e suas organizações populares. O chamado para essa campanha está sendo elaborado pela CNOHA e pelo Moleghaf e será submetido a outras organizações sindicais e populares no Haiti, para ser lançado em nível internacional através do CILI e do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT).

Jornada nacional de luta no Peru em 23 de julho

Convocada pela CGTP pelas reivindicações e em defesa da saúde pública

No Peru o governo de Martin Vizcarra, depois de entregar 60 bilhões de soles (cerca de 20 bilhões de dólares) aos bancos e grandes empresas, utiliza a Covid-19 para negociatas com as Clínicas privadas, paga pontualmente a astronômica dívida externa ao FMI, se orienta para destruir a Previdência pública (ONP, Oficina Nacional Previsional) facilitando a sua absorção pelas AFPs (fundos de pensão) e acaba de promulgar o Decreto 038 em favor dos empresários, o que já provocou mais de dois milhões de trabalhadores demitidos.

Em meio a esses ataques ocorrem conflitos entre o Executivo e o Parlamento, que a grande imprensa qualifica como “caos institucional” e “alteração do equilíbrio de poderes”.

Vizcarra, de costas para a democracia, as reivindicações dos trabalhadores e sem encarar os problemas centrais da nação oprimida, tenta saltar por cima das contradições com o Parlamento convocando eleições



Famílias esperam na fila por uma refeição grátis em Lima, Peru, 17 de junho de 2020

gerais para 11 de abril de 2021, com as mesmas regras de jogo antidemocráticas utilizadas nas eleições de 2016 e sem anular o Estado de de Emergência, como exigem as organizações sindicais e populares de Arequipa y Lambayeque (regiões do país).

Uma Constituinte que decida com soberania

Ao invés da gritaria confusionista da grande mídia, não seria necessário exigir a convocação de uma Assembleia Constituinte, tal como propõe a Assembleia Nacional dos Povos (frente de organizações populares, NdT)?

Uma Assembleia Constituinte que

discuta e decida com soberania sobre as questões da Saúde Pública, do trabalho, da vida, o não pagamento da dívida externa e um desenvolvimento nacional sem as imposições do FMI e seus sócios locais.

Depois da Jornada Nacional de Luta do mês de junho, que contou com o respaldo da Assembleia Nacional dos Povos (ANP), a CGTP (central sindical histórica do Peru, NdT) convoca uma segunda Jornada em 23 de julho para exigir solução para as reivindicações dos trabalhadores, a defesa da saúde pública e da nação.

Um comunicado datado de 26 de junho das quatro centrais sindicais (CGTP, CUT, CATP e CTP) rechaçou o Decreto 015, relacionado às demissões em massa, e o Decreto 038 que favorece a Confiep (confederação dos empresários), dizendo “em nosso país não existe o Diálogo Social entre o Estado Peruano e os trabalhadores”.

Elas não deixam de ter razão, pois

não pode existir “diálogo social” entre o capital e o trabalho, nem tampouco um Acordo Nacional. Essas são simplesmente emboscadas contra a luta dos trabalhadores.

Toda a situação coloca no cenário político o questionamento à continuidade do governo Vizcarra, portanto a necessidade de lutar por outro governo: um governo que rompa com o FMI e solucione as reivindicações levantadas pelos médicos, enfermeiras e suas organizações sindicais, pela CGTP e demais centrais sindicais, pela ANP e os 180 conflitos ainda dispersos que se desenvolvem em todo o país..

Na reunião do CILI propusemos o apoio dos participantes dos demais países à segunda Jornada Nacional de Luta convocada pela CGTP que aponta contra os planos destruídos do governo Vizcarra, inimigo dos trabalhadores, dos camponeses e da maioria nacional explorada.

Erwin Salazar, da CGTP- Lambayeque

Chile: Piñera sofre derrota parlamentar

Sob pressão, deputados votam por liberar 10% dos fundos de pensão

Diante da crise econômica e sanitária, as pessoas estão desesperadas por não terem meios de sobrevivência, a não ser a solidariedade entre os setores populares. Não existe qualquer tipo de ajuda oficial, seja para os mais pobres, seja para a classe média.

O governo Piñera limitou-se a ajudar os grupos econômicos e os super-ricos do país. Ao povo só se oferece uma chuva de créditos para quem está passando fome, foi despejado de sua casa por não pagar aluguel, com um desemprego crescente e pessoas morrendo em casa sem atendimento médico.

Nessa situação, um tema central é o das aposentadorias. A coordenação da campanha "No + AFPs" há mais de dez anos leva um combate para mudar o sistema privado e de poupança individual de aposentadorias

existente no país.

A questão das AFPs (Administradoras dos Fundos de Pensão) contribuiu para a explosão social de outubro de 2019, da mesma forma que a da saúde e a da água.

Inúmeras ações foram feitas desde a coordenação para que houvesse um debate sobre as AFPs, pressionando partidos, deputados e senadores a pronunciar-se diante da alternativa de estar com o povo ou com as Administradoras de Fundos de Pensão.

Desse processo surgiu a proposta de se liberar para os trabalhadores uma parte dos depósitos por eles feitos nas AFPs, para minorar a sua situação crítica.

O governo respondeu de forma ditatorial, dizendo que qualquer proposta nesse sentido seria inconstitucional. Entretanto, a pressão das organizações sindicais e populares e

da cidadania em geral empurrou os parlamentares a discutirem o tema.

Uma votação seguida por todo o país

Em 8 de julho a Câmara dos Deputados colocou em pauta a votação de um projeto que estabelece que, por uma única vez e em caráter emergencial, os trabalhadores filiados a um fundo de pensão possam retirar até 10% do dinheiro acumulado em suas contas, metade no prazo máximo de dez dias úteis e o 50% restante em 30 dias úteis.

No debate entre os deputados, a direita alinhada com Piñera argumentou que a retirada de dinheiro dos fundos privados iria, no futuro, resultar em aposentadorias de miséria. Um argumento risível, pois elas já são miseráveis hoje.

Como se trata de uma mudança constitucional, era necessária uma

votação de 3/5 (93 votos). O resultado na Câmara, depois de uma série de interrupções escandalosas de ministros e deputados governistas, foi de 95 a favor e 16 contra.

Foi uma derrota chamada de "a noite mais escura do presidente Piñera e seu comitê político" ("El Mostrador", 9/7), pois a sua base parlamentar, "Chile Vamos", se dividiu e 13 deputados votaram com a oposição.

A oposição parlamentar, em geral dividida e desorientada, foi enquadrada pela pressão da coordenação da "No + AFPs", o que levou ao resultado parcial que ainda tem que passar pelo Senado.

Neste 15 de julho, a União Portuária do Chile declarou greve para pressionar pela aprovação do projeto.

Javier Marquez, de Santiago

Obrador visita Trump em Washington

Presidente mexicano elogia novo tratado de livre comércio

Em 8 de julho reuniram-se López Obrador e Donald Trump em Washington. O presidente do México declarou: "Minha visita obedece em boa medida à importância que tem a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio entre México, Estados Unidos e Canadá, um avanço em benefício das três nações".

Obrador, presidente de um país historicamente agredido e dominado pela potência imperialista dos EUA, parece se esquecer disso. Com o anterior tratado, o TLCAN (ou Nafta, da sigla em inglês), cresceram as "maquiladoras" – filiais de empresas dos EUA na zona fronteiriça – as montadoras de automóveis e as exportações, graças à mão de obra mais barata, à abertura de fronteira para importações, a entrega de recursos naturais e a perda da soberania nacional.

Já o novo tratado, cuja sigla é TMEC, abre as portas para pressões e chantagens por "incumprimento de leis trabalhistas e ambientais", concede privilégios para companhias de tecnologia dos EUA, proíbe a assinatura de tratados comerciais com a China, além de permitir que continue em vigor a seção 232 do Código



Obrador e Trump discursam na Casa Branca em 8 de julho

de Comércio dos Estados Unidos, através do qual foram impostas sanções ao México com pretextos como a "segurança nacional" ou a "migração".

Jantar com grandes empresários

No jantar oferecido por Trump a Obrador estavam presentes empresários da indústria petrolífera dos EUA ao lado de dez grandes empresários mexicanos.

Empresas estadunidenses querem que Trump pressione o governo mexicano a resolver o assunto da cervejaria "Constellations Brands". Esta empresa começou a construir uma fábrica em Mexicali, exigindo do governo um enorme volume

de água de qualidade. Uma grande mobilização popular impediu de continuar na cidade fronteiriça, obrigando Obrador a pronunciar-se em defesa da população local.

Além disso, empresários dos EUA querem permissão para criar postos de gasolina e concessões na área de energia, aprovadas no governo anterior de Peña Nieto, o que levaria a interromper os esforços de Obrador para renovar as empresas estatais como a Pemex (petróleo) e a CFE (elétrica). Essa postura de não suportar as tímidas e limitadas medidas do atual presidente é acompanhada pelas câmaras patronais e organizações de direita mexicanas.

O novo tratado não tem nada a ver

com "amizade", como parece pensar Obrador ao dizer a Trump "queremos ser amigos". Como escreveu um articulista de "La Jornada" – principal jornal mexicano – Fernández-Vega, o discurso de Trump foi "um falatório cheio de açúcar, mais falso que uma nota de três pesos".

Com sua defesa do TMEC, López Obrador semeia confusão nas massas, que têm ilusões nele. Mas, sem dúvida, em sua luta para resolver os seus problemas vitais, ao se colocar em movimento, essas massas vão se chocar com a política do novo tratado de livre comércio com os EUA e Canadá.

O que coloca na ordem do dia a necessidade de reagrupar os militantes e as forças que possam ajudar os trabalhadores e o povo a lutar por suas reivindicações e em defesa da soberania da nação contra as consequências desse "livre comércio". De nossa parte, confiamos que as aspirações de transformação profunda do país que estiveram na base dos mais de 30 milhões de votos que em 1º de julho de 2018 levaram López Obrador à presidência do México, acabarão por se impor.

Luis Vázquez, da Cidade do México

PALESTINA

O projeto de anexação de parte da Cisjordânia pelo Estado israelense sairá do papel? No momento em que essas linhas são escritas,

a implementação do plano de anexação (30% da Cisjordânia) prevista para 1º de julho está suspensa. O primeiro ministro de Israel vai discutir com o

governo dos EUA a viabilidade da sua aplicação. A resistência do povo palestino coloca em questão os acordos de Oslo - assinados na Noruega em 1993,

entre Yitzhak Rabin, pelo governo de Israel e Yasser Arafat pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) - com a mediação do então presidente dos

EUA Bill Clinton. (leia em www.otrabalho.org.br "O projeto de anexação e a continuidade da resistência do povo palestino")

EUA: bolsa em alta, demissões também!

A previsão é que a taxa de desemprego, que já é alta, deva crescer



Ajoelhados, doqueiros do porto de Los Angeles prestam homenagem a Floyd, cujo assassinato pela polícia gerou intensos protestos nos EUA

Após mais de um mês, as manifestações Black Lives Matter diminuem de intensidade. Mas as tensões continuam altas. No 4 de julho, data nacional estadunidense, centenas de manifestantes foram às ruas da capital, Washington, para protestar contra a violência policial. Na noite de 4 de julho, em Phoenix, Arizona, um homem foi morto pela polícia, dentro de seu carro. No dia seguinte, manifestantes se dirigiram a uma delegacia da cidade, onde foram esperados por tropas de choque.

As autoridades têm consciência dessa situação: em Richmond, na Virgínia, elas fizeram retirar uma enorme bandeira dos Estados

Unidos colocada em um prédio oficial em construção, para o 4 de julho, temendo que isso fizesse emergir as tensões.

A raiva que explodiu desde 26 de maio continua intacta, surda no momento, mas prestes a transbordar ao menor incidente. Todo o sistema político estadunidense procura contê-la no quadro das instituições, ou seja, nas eleições de novembro próximo, e na alternativa "Trump ou Biden". Os democratas anunciam projetos de leis para responder às reivindicações dos manifestantes, bem como as de milhões de desempregados; projetos de leis altamente insuficientes e que, ademais, dependem de uma hipotética maioria na Câmara, no Senado e da sanção presidencial.

Do outro lado do espectro, Trump tenta ressuscitar o medo de um "terror vermelho" que os manifestantes incorporariam. Seus discursos racistas visam estimular seus eleitores, é claro, mas também reduzir todo o contexto dos protestos às eleições de 3 de novembro: ele ou os

democratas.

Essa frente não se limita aos aparelhos republicanos e democratas. A deserção de Sanders e depois seu silêncio ao longo de todo o curso das manifestações participam desse processo. Os sindicatos mais à esquerda, que geralmente o apoiavam, defendem os projetos de leis democratas e às vezes até apelam, desde já, a votar em Biden.

Sistema de saúde pública no centro

Mas, mesmo esses apelos aprofundam a crise política: em diversos distritos eleitorais, especialmente em Nova Iorque, os candidatos apoiados por Sanders vencem as primárias contra os candidatos do aparelho democrata. Na convenção que irá nomear Biden candidato à eleição presidencial, mais de um quarto dos delegados serão representantes de Sanders: por um plano de saúde pública, por aumento do salário mínimo, por estudos superiores gratuitos.

Isso não muda a natureza do sistema eleitoral estadunidense; mas é um elemento de crise do Partido Democrata. Significa que a discussão dessas reivindicações ocorre em uma nova escala. Nos sindicatos, em particular, a exigência de um sistema de

saúde está no centro da situação: são centenas de milhares de americanos que estão recebendo as faturas das hospitalizações relativas à epidemia de coronavírus. As manifestações Black Lives Matter também afetaram o movimento sindical: sua potência e determinação, bem como a maneira como as reivindicações de ambas as partes se juntam, é um fator de radicalização do movimento sindical.

A crise econômica se instala. A bolsa de Nova Iorque voltou a subir: o S&P500, um dos principais índices desta bolsa, está a 7% apenas dos seus níveis recordes de antes da epidemia; o Nasdaq, índice de ações tecnológicas (Amazon, Google, Facebook etc.), já está batendo novos recordes. Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego continua maciça e estão previstos novos planos de demissões. A ameaça de uma volta ao confinamento e de suas consequências paira, uma vez que a epidemia parece recomeçar no Sul e Oeste dos Estados Unidos. A doença continua a atingir os mais pobres e, de modo singular, os negros e latinos. Os quatro meses que nos separam das eleições de 3 de novembro serão muito longos. Ninguém sabe o que vai acontecer nas semanas e meses pela frente.

Devan Sohier

Manifestação em Hong Kong contra a lei de segurança nacional

Milhares saem às ruas em 1º de julho, com a entrada da lei em vigor

Por ocasião do 23º aniversário da retrocessão de Hong Kong da Grã-Bretanha para a China, milhares de pessoas foram às ruas em 1º de julho, para protestar contra a nova lei de segurança nacional. A polícia usou canhões de água, gás pimenta e bolas de pimenta contra os manifestantes. Foram detidas 370 pessoas, sendo dez sob a nova legislação. (HKFP, 2 de julho)

Ratificada pelo parlamento de Pequim em 30 de junho, a lei de segurança nacional para Hong Kong entrou em vigor a partir de 1º de julho. Segundo o jornal The Standard: "Ao contrário da prática habitual, o texto integral foi negado ao público até sua promulgação. Para espanto dos hongcongueses ele é pior do que o esperado, o que torna as garantias de alguns deputados do Congresso Nacional do Povo pouco confiáveis."

Nesta situação, a AFP (Agence France-Presse) despachou em 4 de julho:

"A Câmara Geral de Comércio de Hong Kong descreveu a adoção da lei no início da semana como 'essencial para ajudar a restabelecer a estabilidade e a segurança em Hong Kong, que foi gravemente afetada pela agitação social desde o ano passado... os gigantes banqueiros britânicos HSBC e Standard Chartered, ambos fortemente presentes em Hong Kong e no continente, juntaram-se a outras empresas para apoiar publicamente a lei no mês passado..."

As ações de Hong Kong registraram uma recuperação de quase 3% na quinta-feira, lideradas pelas empresas imobiliárias e os investidores apostando que a lei restituirá a estabilidade da cidade..."

Os analistas acentuaram como as empresas têm sido alvos de Pequim em questões políticas, em particular na reação brutal do ano passado contra a companhia aérea Hong Kong Cathay Pacific, por causa do apoio de seus funcionários aos manifestantes

pró democracia."

De qualquer forma, os capitalistas de todos os países estão ávidos pelo mercado chinês, enquanto a burocracia chinesa pretende, por um lado, ainda controlar os capitais que querem se instalar na China e,

por outro lado, acabar com as liberdades democráticas – inclusive de manifestação – existentes em Hong Kong e que os trabalhadores chineses poderão um dia reconquistar.

Albert Tarp
(trechos)



Hong Kong, 1º de julho